

Procura do consenso contra a inflação

por Celso Pinto
de Brasília

A dureza das primeiras medidas econômicas do governo Tancredo Neves não significa que esteja definido um caminho ortodoxo de controle inflacionário a qualquer custo, inclusive o de uma recessão. Há quem entenda, entre os principais colaboradores do presidente, que a austeridade inicial tem muito mais um caráter político e deverá, necessariamente, ser conduzida com certa flexibilidade.

Existe em todas as áreas do governo um compromisso com a austeridade e a necessidade de se fazer uma ampla revisão das aplicações. Não há, no entanto, consenso de que para derrubar os preços o único caminho seja um aperto monetário e fiscal crescente, que elimine rapidamente o déficit do setor público.

Boa parte das medidas tomadas enquadra-se no objetivo de fazer um balanço de cada área — e ele tem-se mostrando muito útil. Existem casos de comprometimento integral de orçamentos anuais, excessos e decisões de difícil explicação. É o caso, por exemplo, de uma liberação feita pela Secretaria

(Continua na página 3)

O corte no orçamento fiscal de 1985, imposto por decreto presidencial, equivalerá a uma economia de Cr\$ 1,7 trilhão nas despesas dos itens "Outros custeios" (exceto pessoal) e de capital dos ministérios, segundo revelou ontem o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, José Teófilo. O total da economia chegará a Cr\$ 4,3 trilhões, com a inclusão do corte de 15%, definido por um decreto do então presidente João Figueiredo, em dezembro de 1984.

(Ver página 3)

Procura do consenso contra...

por Celso Pinto
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

do Planejamento no governo anterior, a um órgão ligado ao Distrito Federal. Este órgão havia solicitado Cr\$ 180 milhões, os técnicos do governo recomendaram a aprovação de apenas Cr\$ 40 milhões, mas ele acabou sendo contemplado com Cr\$ 2 bilhões.

O uso do corte de dispêndios como principal arma antiinflacionária, contudo, é algo mais controverso. Como a maior parte do déficit público é financeiro, a alguns setores parece mais relevante tentar obter alguma redução nas taxas de juros, o que é compatível com uma política fiscal dura, mas não como uma política monetária excessivamente rígida.

Sabe-se que esta é a posição predominante na Seplan. A ideia pode parecer remota, dada a formação mais ortodoxa da equipe de economistas que assumiu a direção do Banco Central. De todo modo, a pelo menos um interlocutor recente do novo presidente do BC, Antonio Carlos Lemgruber, admitiu a necessidade de se pensar em alternativas para aliviar as altíssimas taxas reais de juros.

Da mesma forma, é vital para o desempenho econômico, e para o próprio sucesso no controle inflacionário, que haja uma boa safra agrícola. Alguns cálculos no governo supõem que isto significa a necessidade de adicionar cerca de Cr\$ 4 trilhões ao crédito agrícola já aprovado. E preciso encontrar este espaço nas finanças públicas.

Uma terceira área delicada para o controle inflacionário é a dos salários. É inevitável que as discussões na área trabalhista incluam o tema da atual política salarial, mas há consenso, no comando econômico do governo, de que o limite de concessão possível é a recomposição do INPC pleno num período semestral. Mesmo assim, imagina-se que eventuais mudanças na lei salarial devem ser colocadas no bojo de uma ampla rediscussão da legislação trabalhista e sindical.

A trimestralidade assusta. Ela será vetada na área federal e coibida na área privada. Muitos setores industriais, como o automobilístico, incorporaram a trimestralidade. A intenção é de que o Conselho Interministerial de Preços (CIP), com poderes recém-reforçados, vigie atentamente esses setores e evite que o custo adicional dos salários seja repassado nos preços finais. O receio em relação à trimestralidade é que seu custo seja integralmente repassado nos preços, reflita na inflação e acabe reduzindo o próprio valor real dos salários.

Uma outra área importante de política econômi-

ca, essencial para definir em que direção a economia poderá caminhar, é o acordo com os credores externos e o Fundo Monetário Internacional. Não há, ainda, divisão estabelecida de tarefas, dentro do governo, para estas discussões.

Alguns setores defendem a aceitação, sem reservas, do acordo já montado pelo governo anterior com os bancos privados. Outros preferem reabrir a discussão. O técnico que cuidará desta área na Seplan, Paulo Nogueira Baptista Junior, tem uma visão bastante crítica em relação ao acordo assinado pelo México com os bancos e que serviu de modelo para o acordo brasileiro, e já deixou isto bem claro em artigos publicados. O acordo não prevê refinanciamento no pagamento de juros, mantém a supervisão do FMI mesmo após o final do empréstimo tomado junto ao Fundo e exige um forte superávit comercial neste ano. Estes fatores podem estreitar a margem econômica e obrigar a uma política recessiva.

Da mesma maneira, não há apenas uma visão no governo em relação ao acordo a ser feito com o FMI. Uma alta fonte da área econômica é taxativa: "Não podemos mais pedir 'waivers' (perdão pelo não-cumprimento de metas)", define. "O próximo acordo tem de ser feito em termos realistas". Em outras áreas, contudo, persiste a tentação de assinar o que for possível mesmo se sabendo que algumas metas não serão cumpridas.

É evidente que o formato que tomar o acordo com o FMI e os credores determinará, em larga medida, o espaço da política econômica possível de ser executada. As primeiras medidas, duras, ajudam na conversa com o Fundo, mas não é certo que delimitem a aceitação de políticas recessivas.

As medidas iniciais foram tomadas rapidamente, até porque havia uma equipe trabalhando há algum tempo no Ministério da Fazenda. Na Seplan e no Banco Central, os novos ocupantes ainda se estão instalando. O Planejamento, por exemplo, está fazendo uma ampla revisão dos orçamentos federais para tentar ter uma ideia precisa da margem de manobra. No caso do orçamento das estatais, trabalha-se com uma estimativa preliminar de um "buraco" de US\$ 2 bilhões em relação às metas em vigor.

Só os próximos meses indicarão os espaços de cada um na definição de medidas. Todos têm apetite, mas a Fazenda saiu na frente não só porque dispõe de uma máquina experiente, como também de um forte respaldo político. O árbitro final está, por enquanto, fora de cena: será o presidente Tancredo Neves.